

2. SOBRE O “NASCIMENTO DOS INTELECTUAIS”: REPERCUSSÃO DO “*AFFAIRE DREYFUS*” NAS IMPRENSAS PAULISTA E MINEIRA (1898-1899)

Bruno Bontempi Jr.¹

Carolina Mostaro Neves da Silva²

Há tempos que pesquisadores em história da educação vêm se ocupando do pensamento educacional e da ação nesta esfera de políticos, professores, escritores, cientistas e jornalistas. Emprega-se, em muitos casos, o termo “intelectual” para definir esses agentes e qualificar suas intervenções no espaço público. A propriedade e a utilidade deste uso não têm sido, entretanto, consensualmente aceitas quando se trata, por exemplo, de épocas históricas remotas, realidades locais peculiares ou modalidades de pertença social e atuação alheias aos padrões dos casos consagrados pela historiografia europeia. Lembra-se, sobretudo, em defesa da impropriedade da transposição conceitual, que a história política francesa data o “nascimento dos intelectuais” do “*affaire Dreyfus*”, evento peculiar à cultura e sociedade francesas da virada dos séculos XIX e XX, em que escritores, professores e artistas mobilizaram-se pela revisão do processo que condenara, por espionagem, Alfred Dreyfus, capitão judeu do exército. Esta acepção do termo, que teria surgido com caráter pejorativo nas imprecisões dos adversários da revisão foi, no entanto, por eles assumida em sua primeira aparição como parte discernível do corpo político, em prol de uma causa que extravasava suas atribuições profissionais e inclinações estéticas. A partir de então, aponta Charle (2003, p. 142), “os intelectuais reivindicaram um poder simbólico e uma identidade coletiva sancionados pela aparição de um novo termo”.

1. E-mail: <bontempi@usp.br>.

2. E-mail: <carolmostaro@yahoo.com.br>.

Pareceu-nos ser uma interessante contribuição para o debate entre os historiadores da educação ocupados do tema dos “intelectuais” e sua intervenção pública nos assuntos e negócios da educação investigar o uso local da acepção quando do surgimento de seu significado contemporâneo, logo, a percepção que os contemporâneos brasileiros, neste caso, os homens de letras militantes na imprensa, tiveram do *affaire*, seus desdobramentos e personagens, notadamente as que se convencionou chamar de “intelectuais”. Investigada em matérias publicadas durante o *affaire*, a repercussão do caso Dreyfus em *O Estado de S. Paulo* e o *Diário de Minas* revela como esses órgãos de imprensa de São Paulo e Minas Gerais se comportaram diante das notícias sobre a intervenção pública de escritores, artistas e cientistas em assuntos alheios a sua ocupação profissional; se teriam identificado nestes eventos o “nascimento dos intelectuais”; se teriam se engajado na causa universal que então se defendia, em apoio ou a seu lado.

O periodismo diário é aqui tomado como uma das formas materializadas da esfera pública, espaço em que na ordem burguesa passa a ocorrer o uso público da razão por pessoas privadas, para tratar de assuntos gerais (Habermas, 2003). Trata-se de um processo de autonomização de setores sociais cultivados em relação ao poder, que alimenta o jornalismo e se vê alimentado por ele. Como afirma Paula Alonso (2003), a relevância do periodismo para o estudo das ideias, instituições, sociedades, das nações e suas relações se enraíza no fato de a imprensa ser um veículo de projetos, um instrumento de debate, um propulsor de valores, enfim, um dos principais meios de fazer política e de reproduzir e construir imagens da sociedade.

Ao longo da história da historiografia, o periodismo noticioso foi tratado entre duas posições extremas: como portador de informações objetivas sobre a realidade, nos casos em que o historiador assume o discurso de objetividade e isenção que o jornalista moderno utiliza para vender seu produto; como veículo de ideologia, que em certos modelos teóricos assume o significado de “mentira”, forjada e difundida por grupos em posições domi-

nantes para manipular a opinião de outrem. De fato, o jornal do dia dá razão a ambas as posições: se ele se reporta a acontecimentos efetivamente vistos ou experimentados por alguém, é também verdade que na composição da notícia e do comentário inserem-se elementos da visão de mundo e dos interesses do indivíduo que os escreve, da entidade jornalística e empresarial, dos grupos sociais a que se associam e, afinal, do próprio leitor que é representado na mensagem. Do ponto de vista metodológico, para o historiador isto implica identificar os sujeitos da enunciação, seus interlocutores diretos, as modalidades e recursos discursivos; perscrutar a representação da realidade e, à luz do “projeto” do jornal, analisar o tratamento de tópicos específicos segundo tradições e convicções editoriais, ainda que estas não se mantenham intactas ou retilíneas na luta social e política cotidiana.

Além de estabelecer os nexos entre os conteúdos noticiados e comentados e os interesses diretos dos grupos que controlam os jornais ou os sistemas de comunicação, é aconselhável considerar, como aponta Darnton (2010), que entre o grupo que controla a empresa-jornal e o leitor, as diretrizes políticas gerais e a produção da informação, existe um universo profissional de mediadores, os jornalistas, que em seu campo perseguem interesses peculiares para quem os observa de fora e adotam um conjunto de disposições atuantes nos modos e critérios de que lançam mão na produção da informação e da notícia.

No Brasil, a imprensa periódica desempenhou um papel crucial desde o século XIX, principalmente na formação de “atmosfera ideológicas”, identidades político-ideológicas (Lustosa, 2000; Morel, 2005) e na composição de “opinião pública”, ou seja, não apenas no registro de eventos, mas como agente da formação social contemporânea. Por volta dos anos de 1880, começaram a surgir os jornais de grande porte, densamente noticiosos e organizados como empresas capitalistas, e a desaparecer os pequenos jornais comunitários e artesanais (Bahia, 1990; Sodré, 1966). À medida que a se afastavam do caráter panfletário dos jornais efêmeros que ao longo do Império brotavam nas crises

políticas (Lustosa, 2000) e assumiam a permanência e a periodicidade regular, o caráter empresarial, informativo e imparcial, os grandes jornais diários se interpunham ao poder político e à massa, oferecendo-lhes o simulacro sobre o qual as opiniões e posicionamentos assumidos sustentam-se na “verdade dos fatos” e na “opinião pública” que veiculam e representam. Desde os seus primeiros números, o *Diário de Minas* e *O Estado de S. Paulo* apresentam-se orgulhosamente como periódicos independentes, que, de modo isento e imparcial, vigiariam o poder em favor do esclarecimento geral. Como se comportaram diante dos acontecimentos que marcaram o “nascimento dos intelectuais”?

O Estado de S. Paulo

O jornal *A Província de S. Paulo* foi fundado em 1875 por uma ação comanditária de republicanos paulistas, que, não obstante a vinculação com o Partido Republicano Paulista, declaravam o caráter apartidário de sua folha. Como destaca Hilsdorf (1988, p. 41), havia alguns anos que os princípios da independência partidária da imprensa e seu compromisso com os interesses gerais eram caros a Rangel Pestana, destacado protagonista da fundação do jornal e diretor-proprietário em seus primeiros tempos. Em janeiro de 1890, o advogado Júlio Mesquita, que ingressara em fins de 1888 como redator-gerente, assume a direção do jornal, renomeado *O Estado de S. Paulo* (OESP), e estabelece o contrato com a agência francesa de notícias Havas, que seria por muitos anos a principal fornecedora de telegramas internacionais. Em 1894, tendo cumprido seu mandato de deputado federal, Mesquita retorna à gerência do periódico e passa a contribuir, segundo Duarte (1977, p. 20), para que este começasse a “perder o seu aspecto provinciano, universalizando-se mais, dando importância a assuntos outros, tanto quanto à literatura e outras artes”.

É justamente em fins de 1894 que o caso Dreyfus se inicia, com a condenação do ex-capitão, acusado de alta traição à pá-

tria, e se desenrola em torno da polêmica denúncia de injustiça por parte da família do condenado. Em janeiro de 1898, o escritor Émile Zola, que manifestara sua crença na inocência do oficial, publica em *L'Aurore* a carta "*J'accuse*", questionando "o Estado Maior, o Ministro da Guerra, o Conselho de Guerra, os especialistas em caligrafia, em suma, todos os que concorreram para a condenação de Dreyfus" (Winock, 2000, p. 31). A manifestação dividiu a opinião pública. Seguiram-se petições públicas de advogados, médicos, professores e profissionais da escrita, da ciência e das artes em favor da reabertura do processo, as quais por muito tempo não tiveram sucesso, em face da tenaz resistência do Estado-Maior do exército, que insistia em tratar o caso como segredo de Estado. Zola, que passou a ser recebido aos gritos de "Morra!", foi indiciado por calúnia, levado a julgamento e condenado.

O processo Dreyfus, entretanto, tem sua reviravolta com uma sucessão de fatos: a contestação do exame grafológico que identificara a autenticidade da letra de Dreyfus nos documentos a ele atribuídos e da alegação de que teria confessado o crime; a manifestação do senador Kestner, de que se convencera da inocência do ex-capitão; a recusa intransigente, por parte do governo e do Estado-Maior de divulgar as provas que assentaram a condenação por alta traição; a admissão do tenente-coronel Henry, de que forjara as cartas que revelavam a ação de espionagem, atribuídas a Dreyfus (Bredin, 1993). A revisão do processo, cuja polêmica já ameaçava a estabilidade da Terceira República, tornava-se inevitável: este foi reaberto em 1899, para culminar na absolvição e reabilitação de Dreyfus, já em 1906.

O jornal paulista acompanhou sem muito destaque ou frequência o desenrolar do caso em seus três primeiros anos: são apenas quinze menções, majoritariamente entre dezembro de 1894 e janeiro de 1895. Na edição de 25 de dezembro de 1894, três dias após a condenação, dá esta notícia, mediante reprodução telegráfica da Agência Havas:

O capitão traidor Dreyfus foi condenado por unanimidade à deportação perpétua em uma praça fortificada. Esta condenação teve aprovação geral. A imprensa lamenta apenas que a lei não tivesse permitido a condenação à morte. (*O Estado de S. Paulo*, 25 de dezembro de 1894, p. 2)

O uso dos epítetos negativos de “capitão traidor”, “indigno militar” (*O Estado de S. Paulo*, 7 de janeiro de 1895, p. 1), assim como a referência monolítica à “imprensa” a denotar posicionamento unânime, caracterizam os primeiros anos do tratamento do caso no jornal paulista, que sugestivamente não cobre os fatos que revelavam, já em meados de 1896, o estopim dos mais severos questionamentos quanto à justiça do tribunal, inclusive em órgãos da imprensa francesa. *O Estado de S. Paulo* recebe e não questiona as informações “dos jornais” oferecidas pela Havas, que, por sua vez, adota o discurso oficialista, cuja premissa é a culpa de Dreyfus. Duvidando da campanha em seu favor e, portanto, da honestidade do “syndicato Dreyfus”, seus personagens e simpatizantes, as notícias que vão surgindo em 1897 em torno da suspeição do processo são marcadas pela desconfiança sobre as motivações últimas, pela reafirmação dos atos e documentos comprobatórios e pelo tom de desafio aos interlocutores, de apontar os verdadeiros culpados (*O Estado de S. Paulo*, 07 de novembro de 1897, p. 2; *O Estado de S. Paulo*, 16 de novembro de 1897, p. 2).

No dia 25 de novembro de 1897, Zola publica seu primeiro artigo a favor de Dreyfus no *Le Figaro*. Embora em *OESP* não haja notícia sobre o fato, no dia seguinte a matéria de um correspondente anônimo identifica a imprensa francesa como acusadora e detratora do ex-capitão, sendo apontada como agente decisivo na formação da opinião pública:

a imprensa, de todas as cores, fustigou em artigos sucessivos e violentos o proceder do ex-oficial, e a grande maioria, quase unanimidade de opinião, exaltada pelas diárias acu-

sações dos jornais, votou um ódio profundo ao criminoso.
(*O Estado de S. Paulo*, 26 de novembro de 1897, p. 1)

Afirmando que em Paris “não se fala noutra coisa”, diz o correspondente que “a imprensa, inspirada pelos políticos do grupo a que pertence, analisa o fato com mais ou menos paixão, sendo, contudo, a sua opinião quase uniforme: que a sentença foi justa”, revelando a contrapelo do credo liberal e moderno da imprensa a presença do viés político na produção da notícia (*O Estado de S. Paulo*, 26 de novembro de 1897, p. 1). O jornal afirma que, quanto à questão, o futuro é absolutamente indefinido: “vamos a ver que extraordinária surpresa o futuro nos prepara sobre este negócio” (*O Estado de S. Paulo*, 26 de novembro de 1897, p. 1).

Em janeiro de 1898, Zola publica “*J’Accuse...!*”; em agosto, o deputado socialista Jean Jaurès começa a publicar artigos em que refuta as provas de acusação. Nesse ano, em que os jornais de Paris já “observam que a questão Dreyfus entrou no domínio público” (*O Estado de S. Paulo*, 19 de janeiro de 1898, p. 2), Julio Mesquita começa a escrever editoriais sobre o assunto, “mostrando um ansioso interesse pelo capitão Dreyfus” (Duarte, 1977, p. 25), no que é seguido por colaboradores e correspondentes, em vários artigos. Se no ano de 1897 registram-se 36 aparições do caso, em 1898 o jornal o menciona em 176 edições, incluindo telegramas do *Jornal do Commercio*, *Gazeta de Notícias* e *O Paiz* e da imprensa europeia. É nesse ano que o subtítulo “A questão Dreyfus” passa a anunciar o assunto em Os nossos telegrammas, coluna opinativa de primeira página e primeira coluna.

A cobertura do *affaire* no ano de 1898 é, de fato, qualitativamente superior à de todos os anos. Em 1899, há menção em cerca de duas centenas de edições, a maioria entre junho e setembro, quando telegramas de Rennes e Paris detalham os fatos e resumem os depoimentos do segundo julgamento. Quando vem a Os nossos telegrammas, o assunto se acomoda sob o subtítulo “Política francesa”, este sim, tema de grande e constante

interesse do jornal. Para *OESP*, em razão de suas delongas e idas e vindas, o caso já se transformava em “comédia” (Os Nossos Telegrammas, 31 de janeiro de 1899, p. 1).

Vários artigos de opinião (possivelmente redigidos por Mesquita, mas não há como identificar a autoria) têm como principal mote a denúncia de que o caso Dreyfus, de questão militar e política, havia se tornado uma querela de raças e religiões. Por ser judeu o ex-capitão condenado, o jornal reitera que se reacendera o ódio mais encarniçado aos “israelitas”. Quando o caso parece se arrastar em demasia e quando sucessivas notícias evidenciam a fragilidade das provas e o convencimento de figuras políticas e da opinião pública de que haveria algo obscuro ou equivocado no processo, o jornal inclina-se à recomendação de que o governo francês e Estado-Maior cedam aos apelos de revisão, evitando a anarquia que poderia ameaçar a própria República (O Estado de S. Paulo, 06 de janeiro de 1898, p. 1; O Estado de S. Paulo, 16 de fevereiro de 1898, p. 1; O Estado de S. Paulo, 18 de fevereiro de 1898, p. 1).

Nos primeiros meses do ano de 1898, os leitores de *OESP* ficam cientes da existência de partidários e adversários de Dreyfus e, após a condenação do próprio Zola, de revisionistas e antirrevisionistas, inclusive, entre os muitos órgãos de imprensa parisienses (O Estado de S. Paulo, 11 de fevereiro de 1898, p. 2; 25 de fevereiro de 1898, p. 2). *OESP* não se manifesta a favor de Zola, não destaca o fato de um romancista tomar a cena pública em defesa de um caso que, a rigor, não lhe dizia respeito, tampouco se coloca a seu lado, a não ser pelo caráter humanitário de sua expressão. A edição de 23 de janeiro noticia, por meio de telegrama publicado n’*O Paiz* (O Estado de S. Paulo, 23 de janeiro de 1898, p. 1), a petição dos “intelectuais” em prol de Dreyfus, sendo notável que o termo não tenha sido utilizado:

Por pedido de Emílio Zola, Anatole France, Jorge Clemenceau, Maurício Boucher, Catullo Mendés, muitos deputados socialistas e de outros partidos políticos, gran-

de número de advogados, médicos, jornalistas e artistas, pediram ao governo a revisão do processo Dreyfus.

Os indícios de engajamento que chegam às páginas de *OESP* não provêm de sua própria redação: em fevereiro de 1898, uma breve nota sem comentários reproduz o trecho final da exortação de Valentim Magalhães em jornal fluminense: “Mocidade brasileira, bradai para além do Atlântico, com a convicção de quem cumpre um dever sagrado: ‘Viva Emilio Zola!’” (*O Estado de S. Paulo*, 13 de fevereiro de 1898, p. 1). Na edição de 10 de março de 1898, as páginas de *OESP* serviram como veículo para uma nota de certa “comissão popular”, por meio da qual se convocavam “os livre-pensadores de S. Paulo, sem distinção de partidos ou nacionalidades” a se reunirem para “resolver sobre o melhor modo de levar-se a efeito a homenagem que se deve prestar a Emilio Zola”, “grande romancista francês”, por sua “brilhante atitude diante de questão Dreyfus, que não é nem a causa de um homem, nem a de uma nação, mas a causa da liberdade, a causa da humanidade” (*O Estado de S. Paulo*, 10 de março de 1898, p. 3). Logo abaixo desta, sob o título “Aos socialistas. Manifestação a Zola” (10 de março de 1898, p. 3), uma segunda nota informa que a “comissão executiva e provisória do Partido Internacional Socialista” manifesta-se de acordo com a proposta da “comissão popular”, convidando “aos socialistas e ao operariado” para uma reunião a ser realizada a fim de deliberarem sobre o assunto³. A nota expressa o modo como a

3. Subscvem-se como “comissão popular” Franco Carmelo Longo, Faro Violante, Dr. José Carusa, Uras Giovanni, De Carmelli Pietro, Nicoláo Ancona Lopes, Trajano Tolentino, V. Wangenknecht, Gigi Damiani, Benjamim Motta, Cunha Mendes, Arthur Breves, Isidoro Denser, Jorge Zenker, Antonio José Cireate, Willy Eppenstein, Alfredo Mari, Samuel Porto e Estevam Estrella. Já a comissão do partido é formada por Breves, Denser, Longo, Eppenstein, Estrella e A. Castro. Nota-se a forte presença de sobrenomes italianos, indicando seu pertencimento ao operariado da capital, assim como de pelo menos dois professores públicos, Arthur Breves e Isidoro Denser, militantes da Associação Beneficente do Professorado Paulista.

causa do romancista e dos homens de letras e artes que o seguiram era interpretada à luz do pensamento socialista:

Entende a referida comissão executiva que a causa defendida por Zola, não é mais do que uma consequência da organização burguesa da sociedade atual, inçada de preconceitos e prejuízos econômicos, políticos e religiosos (*O Estado de S. Paulo*, 10 de março de 1898, p. 3)

Na edição de 12 de junho de 1899, aparece nota semelhante, que dá notícia de um “comício promovido por uma comissão de jornalistas, presidentes de diversas associações, acadêmicos e representantes de outras classes, em homenagem a Emilio Zola, pela sua atitude diante do processo Dreyfus”. Segundo o jornal, presidira a sessão o Dr. Félix Bocayuva, tendo como secretários “os srs. Eppenstein, do *Germania*, e Ancona Lopez, da *Tribuna Italiana*”. Foi dada a palavra, no teatro lotado, aos seguintes oradores: Botet, do *El Diario Español*, Alcebiades Bertolotti, presidente da Liga Democrática Italiana, Benjamim Mota, “promotor do comício”, Hygino Pardocchi, Cunha Mendes, da *Revista do Brasil*, Avellar Brandão e Elvira Dell’Ácqua. Segundo a nota, “a assembleia popular resolveu passar um telegrama a Emilio Zola saudando-o, em nome do povo de São Paulo, pela vitória da justiça, conseguida com a revisão do processo Dreyfus” (*O Estado de S. Paulo*, 12 de junho de 1899, p. 2).

Diário de Minas

O *Diário de Minas* apareceu em Belo Horizonte, em 15 de janeiro de 1899, por iniciativa de Francisco Mendes Pimentel, que retomava a atividade jornalística como profissão após romper com o Partido Republicano Mineiro e renunciar à cadeira de deputado federal. Mendes Pimentel lança-se à empreitada jornalística como uma possibilidade de efetiva intervenção e acesso à esfera do poder, de que então se afastava, por meio da ex-

pressão pública de críticas aos governos, principalmente ao estadual. Na apresentação do *Diário de Minas*, Mendes Pimentel o define como um órgão eminentemente político, mesmo sem ter ligação com partidos, que atuaria “no exercício do direito e no cumprimento do dever de criticar a gestão da coisa pública”, fazendo “chegar à apreciação pública os atos governamentais”. Esta ação se fundamenta na ideia de que o jornal não “descurará da sua missão social, política e educativa”, o que evidencia a crença na intervenção social por meio dos impressos. Na relação entre imprensa e sociedade, aquela espelharia o “horizonte que a vê nascer”, enquanto esta experimentaria “os sulcos cavados pela propaganda jornalística” (Pimentel, 1949, p. 49-50).

O periódico destacou-se entre os contemporâneos mineiros como “a folha mais completa e representativa” do período, colaborando para a difusão de uma imagem de intransigência, associada à competência jornalística de seu diretor (Castro, 1997, p. 22). Embora modesto e sem novidades gráficas, sua parte editorial “representa um verdadeiro avanço para a imprensa belo-horizontina”, por contar com uma grande variedade de seções, nas quais predominavam a temática política e a publicação literária (Siqueira, 1997, p. 85). Além disso, contava com colaboradores experimentados, como Azevedo Júnior, sobretudo na redação de críticas políticas e sociais, e Arthur Lobo na parte literária.

Naquele mesmo ano de 1899, na França, o caso Dreyfus começava a se encaminhar favoravelmente aos defensores do acusado: em junho, dá-se a anulação do julgamento que o condenara, seguido do encaminhamento do processo para o conselho militar de Rennes. Alfred Dreyfus é libertado do cárcere na Ilha do Diabo. Em agosto, dá-se início a um novo julgamento, de que resulta a condenação, agora a dez anos de prisão, com “circunstâncias atenuantes”. A 19 de setembro, dá-se nova reviravolta: Dreyfus é perdoado pelo presidente Émile Loubet. Publicados nos meses de junho, agosto e setembro, os artigos do *Diário de Minas* correspondem à concessão ao pedido de revisão, à reabertura do processo e ao segundo julgamento. Dois deles são

assinados por Azevedo Júnior sob pseudônimo (PIF), sendo os demais apócrifos, porém, mantendo o estilo e tom característicos daquele autor. Destacam-se neles o impacto negativo que o *affaire* produzia sobre a imagem da França pelo mundo, a crítica ao exército e suas posturas e o elogio aos “intelectuais”, acompanhado da expressão de um franco posicionamento pró-Dreyfus.

Para o *Diário de Minas*, a condenação de Dreyfus significava a negação do passado de “nação cavaleiresca” da França e de sua fama de ser a “terra das grandes conquistas da liberdade de pensamento”, rebaixando-se a nação a um “papel degradante de cúmplice da tirania” em que vigia a intolerância: “A França, que foi sempre a terra das grandes conquistas da liberdade de pensamento, amesquinha todo o seu passado nesses lances de intolerância, que prega a morte dos judeus” (PIF, 18 de agosto de 1899, p. 1). Pela questão antissemita, comparava-se a sentença de condenação de Dreyfus à de um tribunal de Inquisição, no momento em que injuriava aquele cidadão a “França de [Victor] Hugo”, “fanatizada pelo espírito de seita” (PIF, 03 de junho de 1899, p. 1).

Bem mais do que a queda da França, o caso expressaria o mal finissecular, pois “o século crepuscula; e a nossa raça raquítica física e moralmente parece também chegar ao fim”. Por uma suprema ironia, aponta, “o século expirante tem o título de século das luzes!”. O caso indiciaria, além da “degenerescência de um povo”, o “grau de decadência” a que “vai chegando a pobre raça latina”: “decaímos; e basta se olhar para qualquer canto do mundo onde haja latinos para se constatar a frouxidão de energias, o abatimento do caráter, a miséria de dignidade” (PIF, 18 de agosto de 1899, p. 1). O quadro de horror se completa com figuras da selvageria, que expressam o grau de retrocesso que o articulista considera ter sido atingido: “A França semelha [sic] uma nação de delirantes, e os gritos de ‘vive l’armée’, ‘bas les juifs’ têm uma percussão fúnebre, causando a impressão de um aldeamento de caraíbas num festim de antropofagia” (PIF, 18 de agosto de 1899, p. 1). Neste caso, a crítica ao racismo contra os judeus termina por endossar o preconceito do arti-

culista contra os indígenas brasileiros. A civilização e o avanço mudam de endereço, abandonando a França e o mundo latino que seguia a seu reboque e inspiração: “enquanto isso, os anglo-saxônios conquistam a ferro e fogo, ampliam as suas fronteiras, assenhoreiam-se do universo” (PIF, 18 de agosto de 1899, p. 1).

Contra o exército, afirma:

o anti-dreyfusismo que é senão a patriotada, cujos arrebatamentos também nós sabemos quais sejam? O ‘vive l’armée!’ que é, senão o engrossamento à força bruta, a baioneta que mata, que hoje, faz continência ao trono e amanhã ao ditador? (PIF, 18 de agosto de 1899, p. 1)

Na ressaca da República da Espada, insinua-se a crítica de um civil republicano ao intervencionismo militar, que pode estar a serviço da monarquia, tanto quanto da ditadura republicana. Com efeito, é ideia recorrente no jornal que no Brasil o regime político necessitava de depuração, a fim de que se garantisse a soberania do povo, a salvo da supressão das liberdades civis pelos grupos no poder.

Nos artigos, adjetivam-se os defensores de Dreyfus de “generosos”, “nobres”, “dedicados”. Já os favoráveis à condenação eram vistos como os que “endeusavam o exército” e manipulavam a “plebe”, o “populacho”, que se encontrava “entregue à fúria de suas paixões” (PIF, 03 de junho de 1899, p. 1). Segundo o *Diário de Minas*,

a altivez de Zola exclamando quão sagrado era o direito da causa, que ele defendia, é abafada pelas vaías do populacho, excitado pelo jornalismo sem outro intuito que não o de lisonjear os criminosos e insultar o inocente. (PIF, 18 de agosto de 1899, p. 1)

Sobre Dreyfus, “que pode ser apontado como um dos mártires deste fim de século” (*Diário de Minas*, 22 de setembro de

1899, p. 1), o jornal declara total apoio e compaixão, afirmando que “fora das fronteiras da sua pátria, o seu nome não é de um traidor, e sim de um inditoso que desperta as mais dolorosas lágrimas” (Diário de Minas, 12 de setembro de 1899, p. 2). O argumento ofensivo ao ex-capitão é apresentado como “chauvinismo exagerado” e, em comentário crítico, desvela a ação manipuladora da imprensa como

retórica patrioteira, escrita insinceramente, para armar ao efeito e favorecer ao jornalista meio de ir ele, muito lampeiramente, jantar, no melhor restaurante, regaladamente e acabar a noite na pandega. (Diário de Minas, 12 de setembro de 1899, p. 2)

Zola é apresentado no *Diário de Minas* como herói. Homem “altivo” (PIF, 18 de agosto de 1899, p. 1), “emissário da Verdade”, “representante imáculo da Justiça social” (PIF, 03 de junho de 1899, p. 1), “figura atlética”, “genial homem de letras” (Diário de Minas, 22 de setembro de 1899, p. 1), defensor de uma causa “sagrada” (PIF, 18 de agosto de 1899, p. 1). Para o jornal, com a mesma energia com que dissera “Eu acuso!”, Zola poderia dizer, triunfante: “Eu vencil!” (PIF, 03 de junho de 1899, p. 1). Em sua defesa admirável, não teria havido cálculo ou interesse particular, mas o serviço generoso da justiça e da verdade, comparável a mártires como Jesus e Tiradentes – este último, recém-resgatado ao panteão nacional republicano:

Para tomar a defesa de Dreyfus num momento Zola somente poderia obedecer a um impulso generosíssimo do seu grande coração, arrastado por uma dessas convicções indomáveis que se apoderam de um homem, que o dominam e o arrastam aos maiores perigos e às situações mais terríveis, como aquelas que levaram Jesus ao Golgotha e Tiradentes ao patíbulo. (PIF, 11 de junho de 1899, p. 1)

O artigo é bastante elogioso ao escritor francês:

Não fora Zola o autor da *Obra* e do *Germinal*; não fora ele o investigador infatigável da história natural e social de uma família do segundo império; não tivera ele saído da obscuridade da livraria Hachette para a maior nomeada adquirida a custa e esforço, de vigílias e de trabalhos – e ainda assim o seu nome se imporia hoje ao acatamento, à admiração e à estima de todo o mundo civilizado. Porque todo mundo sabia que o autor de *Mes haines* era um homem de talento, mas este emocionante *affaire Dreyfus* veio demonstrar que ele é também um homem de coração. Para mim este caso tem um lado particularmente interessante, porque o papel aqui de um escritor subitamente se transforma no de apóstolo e de mártir, não por amor de uma causa de ordem literária, mas por amor a verdade, por uma causa tão augusta e tão sagrada como a da liberdade humana. (PIF, 11 de junho de 1899, p. 1)

No trecho, o articulista aponta o que faz do caso um evento dos mais interessantes: um profissional da escrita abstrai das causas imediatas de seu fazer para desempenhar os papéis de apóstolo e mártir, defendendo causas universais como a verdade e a liberdade. Eis aqui, sem que se diga o nome, o intelectual moderno, na clarividência do analista contemporâneo de ultramar. Muitos anos mais tarde, Sartre, um ícone de sua geração, afirmaria: “o intelectual é alguém que se mete no que não é de sua conta e que pretende contestar o conjunto das verdades recebidas, e das condutas que nelas se inspiram” (Sartre, 1994 apud Boto, 2009, p. 166).

Para o articulista, havia quem ainda visse nos homens de letras ou artistas “qualquer coisa de sobrenatural que escapa de alguma sorte às contingências da vida humana” e, para alguns, os poetas “não podem exercer funções normais, por distraídos, filósofos, a cabeça sempre galopando nas asas da fantasia [...]” (PIF, 11 de junho de 1899, p. 1). O articulista pondera que,

apesar de errônea, esta concepção “tem uma razão de ser”, justamente porque o artista tem como traço peculiar a sensibilidade aguçada e, como contrapeso, o pagamento de “um doloroso tributo à natureza que os não tornou perfeitos para todas as coisas; a sua vida sentimental sofre anomalias profundas, está mesmo sujeita à aberrações dolorosas” (PIF, 11 de junho de 1899, p. 1). Segue o artigo, afirmando que

Todos os artistas são observadores mais ou menos sagazes, da natureza e do mundo subjetivo, pouco importa; a preocupação da análise, o emprego de um constante processo de investigação torna-os complexos, penetrantes, incômodos, não obstante eles serem muitas vezes inconscientes nesses processos; daí resultam os caracteres bizarros, os hábitos singulares, humores mórbidos e temperamentos doentio[S]. Deixam, portanto, de ser o homem normal, o homem psicológico; deixam também de ser uma besta é certo; mas correndo o risco de tornar-se um maníaco, um doente, um lunático. [...] Vem daí a raça dos “detraquês”, dos desequilibrados, dos misantropos, dos caracteres sombrios e sofredores. (PIF, 11 de junho de 1899, p. 1)

Zola é, para o articulista, um desses poetas “telhudos” e “maníacos”. Tendo atravessado “a consciência da França iluminando-a com o estridente esplendor de um raio”, produziu “uma formidável tempestade na opinião popular”. Na questão Dreyfus, ergueu-se como um vulto gigantesco forjado em bronze, para mostrar “ao mundo o espetáculo de belo caráter e de um generosíssimo coração” (PIF, 11 de junho de 1899, p. 1).

Considerações finais

Para o *Diário de Minas*, o pronunciamento do escritor francês em defesa de Dreyfus teria aumentado a repercussão do *affaire*, levando à revisão de seu processo. A voz de Zola

atravessara a França e dividira a opinião pública, demonstrando o papel fundamental da imprensa na questão. Entendia sua atitude como um ato de generosidade, indicativo de que um escritor pode e deve tomar partido e tornar-se “apóstolo” de uma causa externa à ordem literária, como neste julgamento por crime político. No *Diário de Minas*, o “poeta” é o paradigma do *dreyfusard*, por seu *métier* e pelos traços definidores de sua personalidade. Embora mantendo a *allure* peculiar e incomum do artista, Zola é descrito como um “investigador infatigável da história natural e social de uma família do segundo império”, um realista sensível à injustiça e à dor alheia. O professor-político-jornalista brasileiro que empunha a pena no *Diário* o vê com muita simpatia, todavia, não o trata como “nós”. Os jornalistas franceses, a que PIF poderia ter-se identificado por similaridade de ofício, são, ao contrário, apresentados como vilões manipuladores, movidos por intenções veladas e sentimentos baixos como o preconceito, o chauvinismo e o espírito de seita.

Em texto de escancarada ironia, o correspondente de *O Estado de S. Paulo* em Paris, J. de Mello Vianna, nos inícios de 1899, alvejava as ligas que então se organizavam na França em razão do caso Dreyfus, notadamente, a Liga da Pátria Francesa, “fundada sob os auspícios de professores da Universidade e de membros da Academia”, cujo manifesto, de “bonito palavreado”, tem sua utilidade questionada pelo comentário jocoso de que “decididamente esta liga preciosíssima vai desarmar os mais encarniçados adversários e produzir a tão almejada pacificação dos ânimos”, reunindo a todos “num estreito abraço”. Assim como esta, as ligas e associações que se organizavam eram perfeitamente inócuas, pois “a boa vontade de alguns, as nobilíssimas intenções de outros e o palavreado patriótico de todos, é [...] incapaz de por cobro à anarquia da situação atual”. A opinião do correspondente, endossada pela empresa jornalística que o emprega e estampa seus textos, é indicativa de seu pouco apreço a manifestos e movimentos da sociedade civil em face da política. Ao final, o autor aproveita para destilar misoginia, ao

ironizar também a “Liga da emancipação feminina em França”, que, segundo ele, “tem contribuído poderosamente para os progressos do feminismo neste país, mas por enquanto ainda não conseguiu que os homens andassem de saias e amamentassem os filhos” (*O Estado de S. Paulo*, 13 de janeiro de 1899, p. 1).

Para *OESP*, o caso Dreyfus consistiu de situação dramática na política francesa, marcadamente pelo transbordamento de uma questão meramente jurídica para o pantanoso terreno do ódio racial e religioso, mas não teve sequer sombreado em suas páginas o significado de “nascimento dos intelectuais”. Como se viu, as manifestações coletivas de apoio a Zola, providas de entidades de classe, “populares” e organizações políticas tomaram de empréstimo as páginas do diário, deixando a sugestão de que o reconhecimento da legitimidade dos “intelectuais franceses” e as manifestações de apoio e engajamento à causa podem ser buscados pelo historiador em outras entidades, personagens e fontes.

Ainda que o termo não tenha sido percebido nas publicações, sobretudo no caso do jornal mineiro, em palavras similares como artistas, escritores e poetas contemplam-se alguns dos significados e valores caros ao contexto de “nascimento dos intelectuais”, tais como a positividade da luta pela justiça e pela verdade, em desafio aberto aos poderes do Estado, das Forças Armadas e da Igreja. Ainda que Julio Mesquita e seus colaboradores não tenham revelado entusiasmo ou simpatia pela “função” dos intelectuais, mostrando-se mais preocupados com o antissemitismo e com a ameaça à ordem pública, ao publicar notas e manifestos de entidades da sociedade civil e dos “livres pensadores”, *OESP* revela o impacto transatlântico do *affaire*, sobre o qual a parte da população paulista não se mostrou refratária ou indiferente. No *Diário de Minas*, talvez mais sensível à atmosfera que cercava o caso, Azevedo Jr. mostra-se um entusiasta de Zola, declarando franco apoio à causa universal da justiça. Há, na postura diferenciada dos jornais paulista e mineiro, traços de coerência com suas respectivas orientações políticas e convicções editoriais: se no primeiro caso sobressaem

a defesa mais conservadora da ordem pública e o princípio liberal-clássico da liberdade de culto e manifestação; no segundo evidencia-se o criticismo mais radical, intransigente, assumido pelo diário de Pimentel desde seu exílio voluntário dos partidos da política em sentido estrito.

Os diferentes pontos de vista dos jornais sobre o caso não obscurecem, entretanto, o que os jornalistas de ambos parecem ter em comum: mesmo tendo conhecido o significado do termo que emerge com o *affaire* Dreyfus nos telegramas e textos que circulavam, não se identificaram com o “intelectual” e não se “engajaram” a seu lado. O “escritor” (ou “poeta”) que se imiscui na política é, ainda que admirável, o “outro”. Talvez os jornalistas acalentassem identidades outras; talvez se vissem como parte do corpo político ou ocupantes de uma esfera particular, acima dos poderes e opiniões partidaristas; talvez tenham visto os intelectuais como mais uma planta exótica da sociedade francesa.

Resultados como os deste estudo contribuem para alimentar a reflexão sobre a conveniência e a propriedade do uso de “intelectual” como categoria ou conceito, tanto nos momentos em que o termo não é utilizado, como nos contextos em que os contemporâneos que nele poderiam ser enquadrados em razão de suas profissões e “funções” não se viam ou não se assumiam como tais. Como aponta Charle (2006), sem se prender ao nominalismo rígido que imobiliza o conceito, o historiador pode perfeitamente alargar as fronteiras da palavra no tempo-espço das investigações. Para isto, contudo, é necessário que esclareça o sentido que se lhe atribui e que determine a função e a utilidade do conceito nas etapas da pesquisa, da formulação do problema à interpretação dos dados.

Fontes

O ESTADO de S. Paulo. **A Questão Dreyfus**. São Paulo, 16 fev. 1898, p. 1.

_____. **A Questão Dreyfus**. São Paulo, 18 fev. 1898, p. 1.

- _____. **A Questão Dreyfus**. São Paulo, 31 jan. 1899, p. 1.
- _____. **Agência Havas**. São Paulo, 07 nov. 1897, p. 2.
- _____. **Agência Havas**. São Paulo, 11 fev. 1898, p. 2.
- _____. **Agência Havas**. São Paulo, 16 nov. 1897, p. 2.
- _____. **Agência Havas**. São Paulo, 19 jan. 1898, p. 2.
- _____. **Agência Havas**. São Paulo, 25 fev. 1898, p. 2.
- _____. **Ao Acaso**. São Paulo, 06 jan. 1898, p. 1.
- _____. **Aos Socialistas**. Manifestação a Zola. São Paulo, 10 mar. 1898, p. 3.
- _____. **De Paris**. São Paulo, 02 fev. 1899, p. 1.
- _____. **Emilio Zola**. Dreyfus. São Paulo, 10 mar. 1898, p. 3.
- _____. **Exterior**. São Paulo, 07 jan. 1895, p. 1.
- _____. **Exterior**. São Paulo, 25 dez. 1894, p. 2.
- _____. **Jornaes do Rio**. São Paulo, 13 fev. 1898, p. 1.
- _____. **Jornaes do Rio**. São Paulo, 23 jan. 1898, p. 1.
- _____. **O Caso Dreyfus**. São Paulo, 26 nov. 1897, p. 1.
- _____. **O Comício de Hontem**. São Paulo, 12 jun. 1899, p. 2.
- JORNAL DE MINAS. **L. Chronica**. Belo Horizonte, 11 jun. 1899, p. 1.
- _____. **Dreyfus**. Belo Horizonte, 12 set. 1899, p. 2.
- _____. **Dreyfus**. Belo Horizonte, 22 set. 1899, p. 1.
- PIF. Bohemios. **Diário de Minas**, Belo Horizonte, 03 jun. 1899, p. 1.
- PIF. Bohemios. **Diário de Minas**, Belo Horizonte, 18 ago. 1899, p. 1.

Referências

- ALONSO, Paulo. Introducción. In: ALONSO, Paulo (org.). **Construcciones impresas**. Panfletos, diarios y revistas en la formación de los estados nacionales en América Latina, 1820-1920. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2003, p. 7-12.
- BAHIA, Juarez. **Jornal, história e técnica**. 4. ed. São Paulo: Ática, 1990.

BOTO, Carlota. Traição dos intelectuais: um tema nosso contemporâneo. **Revista USP**, São Paulo, n. 80, p. 161-171, 2008-2009.

BRENDIN, Jean-Denis. **O caso Dreyfus**. Sem local: Scritta, 1995.

CASTRO, Maria Céres P. S. et al. **Folhas do tempo: imprensa e cotidiano em Belo Horizonte – 1895-1926**. Belo Horizonte: Editora da UFMG/AMI/PBH, 1997.

CHARLE, Christophe. Nascimento dos intelectuais contemporâneos. Tradução Maria Helena C. Bastos. **História da Educação**, Pelotas, n. 14, p. 141-156, 2003.

_____. **Les élites de la République (1880-1900)**. 2. ed. Paris: Fayard, 2006.

DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução**. Tradução Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

DUARTE, Paulo. **Julio Mesquita**. São Paulo: Hucitec, 1977.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HILSDORF, Maria Lúcia S. Francisco Rangel Pestana: O educador esquecido. In: **Prêmio grandes educadores: monografia premiada**, 1987. Brasília: Mec/Inep, 1988.

LINHARES, Joaquim Nabuco. **Itinerário da imprensa de Belo Horizonte 1895-1954**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1995.

LUSTOSA, Isabel. **Insultos impressos. A guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MOREL, Marco. **As transformações dos espaços públicos. Imprensa, atores políticos e sociabilidades na sociedade imperial (1820-1840)**. São Paulo: Hucitec, 2005.

PIMENTEL, Francisco Mendes. Apresentação do Diário de Minas. In: _____. **Jornalista e político, professor, jurista**. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas do Jornal do Brasil, 1949, p. 49-50.

SIQUEIRA, Juliana M. de. Além das palavras, além das formas. In: CASTRO, Maria Céres P. S. et al. **Folhas do tempo: imprensa e co-**

tidiano em Belo Horizonte – 1895-1926. Belo Horizonte: Editora da UFMG; Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, 1997, p. 71-106.

SODRÉ, Nelson W. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

WINOCK, Michael. **O século dos intelectuais**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.